

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



DOCÊNCIA FEMININA, SEXUALIDADE, CORPOS E RESISTÊNCIA: práticas pedagógicas mediadas por tecnologias no ensino remoto e no retorno presencial¹

Denniane de Jesus Saraiva²

Resumo: Este artigo analisa a docência feminina como prática historicamente generificada, atravessada por regimes de sexualidade, poder e currículo, a partir das experiências de professoras durante o ensino remoto emergencial instaurado na pandemia de COVID-19³ e de suas reconfigurações no retorno ao ensino presencial. Fundamentado em uma abordagem qualitativa, bibliográfica e de orientação feminista pós-estruturalista. Argumenta-se que as tecnologias digitais não apenas ampliaram dispositivos de controle, vigilância e visibilidade sobre o trabalho docente, incidindo de forma particular sobre os corpos, os afetos e as sexualidades das professoras, mas também abriram brechas para práticas pedagógicas inventivas e formas cotidianas de resistência feminista. As análises evidenciam que, no retorno presencial, tais resistências não desapareceram, mas se deslocaram, incorporando-se às práticas curriculares e pedagógicas em um cenário híbrido, marcado pela permanência de regimes de controle e pela afirmação da autonomia docente. Conclui-se que pensar a docência feminina implica compreender a educação como espaço político de disputa, no qual gênero, sexualidades e currículo se entrelaçam na produção de sujeitos, saberes e práticas educativas.

Palavras-chave: Docência feminina. Sexualidades. Tecnologias digitais. Currículo. Resistência feminista.

FEMALE TEACHING, SEXUALITY, BODIES, AND RESISTANCE: pedagogical practices mediated by technologies in remote teaching and in the return to face-to-face education

Abstract: This article analyzes female teaching as a historically gendered practice, shaped by regimes of sexuality, power, and curriculum, based on the experiences of women teachers during emergency remote teaching implemented during the COVID-19 pandemic³ and its reconfigurations upon the return to face-to-face education. The study is grounded in a qualitative, bibliographic approach informed by post-structuralist feminist perspectives. It argues that digital technologies not only intensified mechanisms of control, surveillance, and visibility over teaching work—affecting in particular the bodies, affects, and sexualities of women teachers—but also created openings for inventive pedagogical practices and everyday forms of feminist resistance. The analyses show that, in the return to in-person teaching, such resistances did not disappear but were displaced, becoming integrated into curricular and pedagogical practices within a hybrid scenario marked by the persistence of control regimes and the affirmation of teaching autonomy. It is concluded that reflecting on female teaching requires understanding education as a political space of dispute, in which gender, sexualities, and curriculum intertwine in the production of subjects, knowledge, and educational practices.

Keywords: Female teaching. Sexualities. Digital Technologies. Curriculum. Feminist resistance.A

¹ Este artigo foi elaborado no âmbito da disciplina cursada sob a orientação da Professora Dra. Sirlene Mota da Silva, a quem se registra o reconhecimento pelas contribuições acadêmicas ao desenvolvimento do estudo.

² Discente do Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Maranhão.

³ COVID-19 é a doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, identificada em 2019, cuja pandemia foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020. No Brasil, seus impactos educacionais entre 2020 e 2022 incluíram a adoção do ensino remoto emergencial para a manutenção das atividades escolares.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



INTRODUÇÃO

A experiência do ensino remoto emergencial, instaurada durante a pandemia de COVID-19, intensificou questões historicamente associadas à docência feminina, especialmente aquelas relacionadas às múltiplas jornadas de trabalho, aos regimes de vigilância e às formas de controle que atravessam o exercício profissional das professoras. Mais do que um espaço neutro, a escola constitui-se como campo de produção de identidades, normas e hierarquias, no qual gênero, sexualidades, raça e classe operam de maneira interseccional na definição do que pode ser ensinado, dito e vivido.

Afirma Guacira Louro⁵ (1997), que a escola opera cotidianamente como um espaço de fabricação de sujeitos, regulando corpos, condutas e modos de existir, inclusive no modo como define o trabalho docente como prática “naturalmente feminina”, associada ao cuidado, à paciência e à afetividade, e não ao saber intelectual e à produção de conhecimento. Esse processo, chamado de feminização do magistério, não apenas desvaloriza o trabalho das professoras, mas também delimita expectativas de comportamento e silencia resistências, reforçando a ideia de que a docência é vocação e não atividade política. Essa naturalização da docência como vocação feminina não se constrói isoladamente, mas se insere em um processo histórico mais amplo de invisibilização das mulheres enquanto sujeitos políticos e produtores de conhecimento, o que ajuda a compreender por que suas experiências e resistências foram sistematicamente silenciadas também nos campos do saber e da história.

Durante séculos, a invisibilidade das mulheres na história era uma constante, elas existiam na história, no entanto, os aportes e tipos de conteúdo que as citavam não eram considerados fontes pelos historiadores, cronistas, literatos e etc. A história foi uma das disciplinas que mais tardiamente fez uso da categoria “mulheres” (Tatiane Sales, p. 229, 2019).

A exclusão das mulheres das narrativas históricas tradicionais não se deu apenas pela ausência de sua presença física, mas pela deslegitimação das fontes e experiências que poderiam testemunhar suas existências. Durante séculos, as produções culturais, literárias e cotidianas que mencionavam as mulheres foram consideradas irrelevantes para

⁵ Assim como Camila Rezende (2019), optamos por escrever o primeiro nome, seguido do sobrenome na primeira vez que citamos cada autor (a), como forma de darmos visibilidade aos corpos que escrevem, visto que os sobrenomes são quase sempre masculinos ou assépticos em relação ao gênero.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS **gesepe.ufma**

Realização



Apoio

 **8 a 10 de abril de 2026**
Evento híbrido

a escrita da história, reforçando a ideia de que a vida pública e política era domínio masculino. Essa lacuna epistemológica começou a ser questionada à medida que o movimento feminista passou a reivindicar novas formas de conhecimento e de representação. A partir dessa crítica, a história das mulheres emerge não apenas como adição de novos personagens ao passado, mas como uma reconfiguração das próprias categorias de análise da história, movimento que, conforme Joan Scott (1992), vinculou-se diretamente às lutas feministas das décadas de 1960 e 1970, quando se exigia visibilidade, reconhecimento e explicações estruturais para a opressão de gênero.

A conexão entre a história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa. Em uma das narrativas convencionais das origens desse campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre opressão e inspiração para a ação (Scott, p.64, 1992).

As disputas em torno da visibilidade e do reconhecimento das mulheres na história não se encerram no campo da escrita histórica, mas se atualizam em outros espaços de produção de saber e poder, como a escola e, mais recentemente, os ambientes digitais de ensino. Os mesmos mecanismos que, historicamente, deslegitimaram as experiências femininas como fontes válidas de conhecimento reaparecem sob novas formas, regulando quem pode falar, ser visto e ter sua prática reconhecida. Assim, compreender a história das mulheres como campo político permite analisar criticamente como tais dinâmicas de controle e silenciamento são reconfiguradas no contexto contemporâneo da docência mediada por tecnologias.

Quando o ensino migra para o ambiente digital, tais normas não se dissolvem; elas são reconfiguradas. As tecnologias digitais, como observam Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2017), constituem não apenas meios de comunicação, mas dispositivos de produção de subjetividades e disputas políticas, nos quais se negociam formas de reconhecimento, vigilância e resistência. No caso das professoras, a mediação tecnológica amplia o campo de observação e cobrança sobre sua prática, expondo-as a novos

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS **gesepe.ufma**

Realização



Apoio

 **8 a 10 de abril de 2026**
Evento híbrido

dispositivos de controle como câmeras, gravações, plataformas, pais assistindo às aulas, gestores monitorando desempenho em tempo real.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e de caráter descritivo, fundamentada em referenciais feministas pós-estruturalistas. O estudo mobiliza autoras como Louro (1997), Scott (1992), e autores como Miskolci e Pelúcio (2017), Tomas Silva (2016), articulados(as) à crítica curricular e às discussões sobre mídia e subjetividade. O artigo organiza-se em três eixos: (1) a formação e à docência feminina como processos de subjetivação atravessados por gênero, sexualidades, raça e classe no currículo escolar; (2) as tecnologias digitais como dispositivos de regulação, visibilidade e normalização das práticas docentes, intensificando regimes de controle; (3) as resistências docentes como práticas feministas interseccionais, que emergem no entrecruzamento entre ensino remoto e retorno presencial, produzindo deslocamentos pedagógicos e curriculares. O texto analisa a prática educativa como campo político de disputas, no qual se negociam sentidos sobre docência, currículo, tecnologias e sexualidades.

A problemática central deste estudo consiste em analisar como professoras ressignificaram suas práticas pedagógicas diante do controle ampliado pelas tecnologias digitais durante o ensino remoto e como tais experiências incidiram no retorno presencial, considerando os atravessamentos de gênero e sexualidades que regulam o trabalho docente. Parte-se do entendimento de que o currículo, conforme propõe Silva (2016), é um território de disputa identitária, no qual se definem não apenas conteúdos, mas também modos legítimos de ser, ensinar e existir na escola.

O objetivo deste artigo é analisar, em perspectiva feminista e interseccional, como práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras durante o ensino remoto foram reconfiguradas no retorno presencial, evidenciando tensionamentos entre controle tecnológico, regimes de sexualidade e resistência docente. Para desenvolver a análise proposta, o artigo organiza-se em três seções. Inicialmente, discute-se a docência feminina como prática historicamente generificada e atravessada por normas de gênero e

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026

Evento híbrido



sexualidade, e, compreendida como campo de disputas simbólicas, políticas e curriculares. Em seguida, problematizam-se as tecnologias digitais como dispositivos de controle, visibilidade e produção de subjetividades docentes, destacando seus efeitos sobre o trabalho das professoras no contexto do ensino remoto emergencial. Por fim, são analisadas práticas de resistência feminista elaboradas por mulheres docentes entre o ensino remoto e o retorno presencial, evidenciando deslocamentos pedagógicos, tensionamentos com regimes de controle e afirmações da autonomia docente.

1. Docência feminina como prática generificada e politicamente situada

A presença majoritária de mulheres na docência não pode ser compreendida como resultado natural de uma suposta predisposição feminina ao cuidado, mas como efeito de processos históricos e discursivos que produziram essa associação como verdade social. Conforme destaca Scott (1992), o gênero não constitui um atributo individual, mas uma categoria analítica que permite compreender como diferenças são produzidas e naturalizadas por relações estruturais de poder. No caso do magistério, essas relações não operam apenas na organização do trabalho, mas também na regulação dos corpos, dos afetos e das sexualidades das professoras, delimitando expectativas morais sobre comportamento, postura e modos legítimos de existir no espaço escolar. Assim, quando a docência é identificada como atividade “própria” das mulheres, afirma-se um arranjo de poder que associa feminilidade, cuidado e controle moral, silenciando sua dimensão política.

Essa construção é aprofundada por Louro (1997), para quem a escola opera como espaço de fabricação de identidades, regulando comportamentos, moralidades e modos de existências generificadas. A docência, nesse contexto, constitui-se como prática marcada por expectativas de docilidade, disponibilidade afetiva e virtude moral, compondo um ideal de professora que deve ser, ao mesmo tempo, obediente e maternal, silenciosa e zelosa, disciplinadora e disciplinada. Esse modelo, apesar de parecer natural,

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



é resultado de disputas históricas que inscreveram no corpo docente feminino determinadas exigências e interditos, condicionando a legitimidade de sua atuação.

Cristina Yannoulas (2011) reforça esse argumento ao diferenciar *feminilização* (aumento numérico de mulheres em uma profissão) de *feminização* (redefinição qualitativa e desvalorizadora do significado social da profissão devido à presença feminina).

[...] existe uma intensa relação entre o acesso massivo de mulheres em uma determinada profissão ou ocupação (feminilização, contabilidade de pessoas de sexo feminino ou fêmeas) e a progressiva transformação qualitativa da mesma (feminização, caracterização e tipificação de uma ocupação ou profissão). Como ingresso massivo de mulheres, diminuem as remunerações e o trabalho perde prestígio social. Sob outra perspectiva, quando as profissões se feminilizam, passam a ser entendidas como extensão no espaço público da função privada de reprodução social (função dos cuidados). Assim, ao analisar a mudança na existência objetiva de uma profissão (feminilização), é necessário entender como e por que aconteceu a mudança (feminização de atributos, características descritivas que determinam e regulam o exercício da profissão ou ocupação) (Yonnoulas, p.285, 2011).

Para Jane Almeida (1998), a docência é um caso exemplar dessa dinâmica: a partir do século XIX, o magistério foi reconfigurado pela identidade feminina atribuída às professoras, adquirindo menor prestígio, menor remuneração e maior controle moral e institucional sobre sua atuação. Como ela explica, a feminização está ligada a discursos que associaram as mulheres à maternidade, ao cuidado e ao espaço privado, justificando tanto sua entrada no magistério quanto a baixa valorização da profissão, mesmo em contextos de igualdade formal. Além disso, contribui para compreender que a docência feminina sempre foi atravessada por uma dimensão ética e afetiva que, embora frequentemente utilizada para justificar sua desvalorização, também revela uma força política importante. Para a autora, a educadora move-se por uma “paixão pelo possível”, isto é, um compromisso com a transformação, com a criação de mundos outros possíveis por meio da educação. Esse compromisso, porém, convive com estruturas históricas que procuram reduzir seu papel à simples reprodução de normas e comportamentos socialmente esperados da mulher.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS **gesepe.ufma**

Realização



Apoio

**8 a 10 de abril de 2026****Evento híbrido**

Esse processo se articula com a leitura de Silva (2016), para quem o currículo é uma tecnologia de poder, responsável por selecionar saberes e comportamentos legítimos, determinando “quem pode falar” e “com que autoridade”. Na docência feminina, o currículo não opera apenas sobre conteúdos escolares, mas também sobre a própria identidade profissional da professora, moldando expectativas sobre sua postura, sua sexualidade, seu corpo e sua voz, reforçando a associação entre ensinar e cuidar.

Iran Nunes e Richard Oliveira (2022) refletem sobre a sexualidade na formação docente, elegendo três pontos relevantes: os controles e as exigências; o celibato pedagógico e os dispositivos legais. Pontuando que em uma sociedade patriarcal, as mulheres, sua sexualidade e seus corpos, são mais punidos e silenciados que os dos homens, inclusive no exercício da docência. O controle sobre a sexualidade, os corpos e a vida da professora são exercidos através dos dispositivos legais e das exigências para o exercício do magistério, o que amplia e consolida o domínio patriarcal. O celibato pedagógico esteve presente em diversos países onde defendia-se a professora teria quer ser solteira e sem vida sexual para exercer o magistério e caso viúva fosse, não poderia contrair novo casamento, pois ao magistério deveria ter dedicação exclusiva.

A tensão histórica entre controle e possibilidade atravessa toda a constituição da docência feminina. Ao mesmo tempo em que o magistério se tornou um dos poucos espaços de atuação profissional das mulheres no século XIX e início do XX, sua legitimação social se deu por argumentos naturalizantes, como se ensinar crianças fosse apenas uma extensão dos cuidados maternos. Contudo, conseguimos perceber que essa mesma via de entrada na profissão abriu espaços para resistências: muitas mulheres utilizaram a escola como território de afirmação intelectual, política e moral, questionando limites e propondo novas formas de viver e ensinar.

Assim, compreender a docência feminina como prática generificada é reconhecer que ela resulta de disputas históricas sobre quem tem legitimidade para ensinar e sob quais condições. É também reconhecer que a desvalorização do magistério (sua baixa remuneração, sua condição de carreira “leve”, sua associação ao amor e à vocação) não

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



decorre de sua natureza, mas da forma como o gênero organiza o trabalho e os saberes na sociedade. A professora se torna, assim, sujeito produzido e produtora, regulada e resistente, inscrita em normas, mas também capaz de subvertê-las.

A partir dessa perspectiva podemos analisar o ensino remoto e o retorno presencial, que revelam como os dispositivos tecnológicos que emergiram com a pandemia não incidiram sobre um campo neutro: incidiram sobre uma prática historicamente marcada pelo gênero, pela vigilância e pela expectativa de submissão. As tecnologias digitais se tornaram, assim, não apenas ferramentas pedagógicas, mas novas camadas de controle e visibilidade dando espaços a novos lugares de agência e resistência, como será discutido na seção seguinte.

2. Tecnologias digitais como dispositivos de controle e visibilidade docente

Podemos perceber que o ensino remoto emergencial, instaurado durante o período pandêmico, não introduziu apenas novas ferramentas pedagógicas, mas reconfigurou profundamente as condições de visibilidade, monitoramento e avaliação do trabalho docente. Se, historicamente, o magistério feminino já era atravessado por uma vigilância moral e institucional, a mediação tecnológica intensificou esses mecanismos, ampliando o controle sobre corpos, vozes, afetos e sexualidades das professoras. A prática docente tornou-se progressivamente exposta e escrutinada por famílias, gestores, comunidades escolares e pelas próprias plataformas digitais. Como afirma Louro (1997), a escola não apenas transmite conteúdos, mas produz sujeitos e regula condutas; no ensino remoto, tais dispositivos se reinscrevem na materialidade das telas, câmeras e algoritmos, produzindo novas formas de normatização.

As tecnologias digitais, nesse sentido, funcionam, conforme, conceituado por Michel Foucault (1998) como dispositivos de poder: arranjos heterogêneos que organizam saberes, práticas e formas de ver e ser visto. No ensino remoto, esses dispositivos assumem uma forma particularmente intensa, pois o ato de ensinar passa a

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



ser mediado por interfaces que registram, armazenam, expõem e reproduzem a atuação docente em tempo real. A aula deixa de ser um evento circunscrito ao espaço escolar e se torna potencialmente acessível a múltiplos olhares, como pais assistindo em segundo plano, colegas gravando as transmissões, gestores monitorando a assiduidade e desempenho por meio de dados automatizados. Trata-se, portanto, de um regime de visibilidade ampliada, no qual a professora perde parte do controle sobre o contexto pedagógico.

Essa ampliação da visibilidade se relaciona diretamente ao que Miskolci e Pelúcio (2017) descrevem como a centralidade das mídias contemporâneas na produção de subjetividades e organizações do desejo e da política. Para os autores, as tecnologias digitais constituem-se como espaços de circulação de discursos que interpelam sujeitos, moldando afetos, comportamentos e identidades em um fluxo contínuo entre esferas públicas e privadas.

No caso da docência feminina, esse fluxo produz efeitos específicos: a fronteira entre escola e lar se desfaz, e o espaço doméstico se converte simultaneamente em local de trabalho, cenário pedagógico improvisado e ambiente sob vigilância pública. A professora que antes enfrentava inspeções pontuais, agora se vê exposta a uma vigilância difusa e constante, marcada tanto pela lógica institucional quanto pelas expectativas familiares e comunitárias. Esperou-se das professoras não apenas competência técnica, mas paciência, equilíbrio emocional, autocontrole e adequação comportamental, intensificando cobranças sobre aparência, postura corporal, linguagem e gestão dos afetos, com dimensões diretamente vinculadas a regimes de sexualidade e moralização do trabalho docente. No ensino remoto, tal associação foi reatualizada: esperou-se das professoras não apenas domínio técnico das plataformas, mas paciência, empatia, disponibilidade constante e a capacidade de sustentar afetos e vínculos pedagógicos mesmo em condições precárias. A cobrança por “boa postura”, “boa aparência”, “bom manejo emocional” e “boa comunicação”, características historicamente atribuídas ao ideal feminino, intensificou-se junto ao controle tecnológico de suas atividades.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



A explicação de Silva (2016) sobre o currículo como dispositivo de controle identitário pode ser estendido às plataformas digitais utilizadas durante o ensino remoto. Elas não apenas organizam atividades e conteúdos, mas produzem formas de ler o desempenho da professora: registros automáticos, gráficos de participação, métricas de engajamento, tempos de resposta, presença em reuniões. Esses elementos compõem uma nova camada de regulação, na qual o trabalho docente é convertido em dados que passam a orientar formas de cobrança, avaliação e responsabilização. Assim, a mediação tecnológica reconfigura o currículo, ampliando sua função de moldar e avaliar sujeitos, agora sob o amparo de uma objetividade algorítmica.

Ao mesmo tempo, como aponta Almeida (1998), à docência feminina carrega uma dimensão ética pelo compromisso com a transformação e com a invenção pedagógica. Mesmo diante do controle intensificado, muitas professoras encontraram nas tecnologias espaços de criação, comunicação e acolhimento. Lives, vídeos, grupos de mensagens, plataformas colaborativas e outras ferramentas foram apropriadas como meios de manter vínculos, reinventar metodologias e resistir às pressões normativas, ainda que tais apropriações tenham ocorrido em meio a tensões, sobrecargas e vigilância.

Assim, as tecnologias digitais não podem ser compreendidas apenas como ferramentas técnicas. Elas constituem um campo de disputa política, no qual controle e resistência se tensionam continuamente. Se, por um lado, ampliam a visibilidade e a regulação sobre o trabalho docente, por outro, permitem que professoras explorem linguagens, formatos e estratégias que escapam às expectativas tradicionais da escola na modalidade de ensino presencial. No entrecruzamento de vigilância e criatividade, de sobrecarga e solidariedade, de controle e agência, emergem práticas que revelam a complexidade do ensinar em tempos de hiperconectividade.

Essa ambivalência prepara o terreno para compreender que, no retorno presencial, as marcas do ensino remoto não desapareceram, mas se reinscreveram nas práticas cotidianas. As tecnologias continuam presentes, reconfigurando tarefas e expectativas. O controle se desloca, mas não se desfaz. A resistência docente, por sua vez, reinventa-se

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



nesse movimento, sendo, a partir dessa dialética que se pode analisar as práticas de resistência feminista elaboradas por professoras durante e após o ensino remoto.

3. Resistências feministas nas práticas docentes: entre o remoto e o presencial

Se a docência feminina foi historicamente produzida como prática atravessada por vigilâncias, normas e expectativas de submissão, a resistência emerge como dimensão constitutiva, mas não excepcional, da experiência docente. Em tempos de ensino remoto e retorno presencial, essa resistência adquire formas específicas, uma vez que as tecnologias digitais não apenas ampliaram os mecanismos de controle institucional, mas também abriram brechas para práticas criativas, insurgentes e politicamente situadas. Assim, compreender a resistência docente em perspectiva feminista implica reconhecê-la como um conjunto de ações cotidianas que tensionam discursos normativos sobre gênero, trabalho e pedagogia.

Para bell hooks⁴ (2013), a resistência feminista não se reduz a gestos heroicos ou a atos de confrontação explícita. Pelo contrário, ela se dá nos movimentos cotidianos de recusar a naturalização do silêncio, de afirmar a autoridade intelectual das mulheres e de sustentar maneiras de ensinar que valorizem experiências marginalizadas. Resistir, portanto, não é algo externo à docência, mas parte de sua essência política: é o esforço contínuo de não permitir que a escola (e agora também as tecnologias) definam os limites de sua existência docente. Esse entendimento dialoga com a análise de Scott (1992), que afirma que gênero é terreno de disputa permanente; logo, a resistência se configura como ação que desestabiliza aquilo que parece natural no trabalho das mulheres e revela sua construção histórica fundamentada em relações de poder.

No contexto do ensino remoto, marcado pela ampliação da visibilidade e da vigilância, muitas professoras encontraram formas de resistir ao controle intensificado.

Houve formas de reinvenção, de transformação, como por exemplo: atividades em vídeos autorais, criar ambientes digitais afetuosos, desenvolver estratégias de

⁴ A autora utilizava seu nome em letras minúsculas como um posicionamento político e ideológico consciente, não um erro ou descuido. Essa escolha visa dar foco à sua obra, ideias e ancestralidade, e não à sua individualidade.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



acolhimento e pertencimento, produzir materiais que dialogassem com a realidade dos estudantes na tentativa de afirmar, nos espaços online, um protagonismo que nem sempre encontrava reconhecimento na escola presencial. A apropriação das ferramentas tecnológicas, ainda que em condições de sobrecarga e precarização, mostra que a agência docente não se dissolve sob o peso do controle; ela se reconfigura.

A resistência também se expressou na capacidade de delimitar fronteiras, mesmo quando o lar foi capturado pelo olhar público. A decisão de desligar a câmera em certos momentos, de recusar gravações compulsórias, de mediar conflitos com familiares que assistiam às aulas, de reivindicar condições mínimas de trabalho ou simplesmente de sustentar sua autoridade pedagógica diante de avaliações e cobranças automatizadas são exemplos de pequenos atos de desobediência que afirmam a docência como prática política. Essas ações, embora frequentemente invisibilizadas, são fundamentais para compreender a educação como espaço de disputa e não apenas de execução técnica.

Nessa perspectiva, a resistência feminista das professoras pode ser entendida como gesto que rompe com a lógica que reduz sua atuação ao cuidado e à docilidade. Ela se expressa quando a docente reivindica sua identidade profissional como produtora de conhecimento, não como mera executora de demandas institucionais, e quando se recusa a ocupar o lugar subalternizado ao qual a história tentou confiná-la. Como aponta Louro (1997), a educação é espaço de controle, mas também de deslocamento; e é nesse entremeio que a resistência se torna possível, especialmente quando praticada por sujeitos historicamente situados como mulheres, cuidadoras e auxiliares da ordem social.

Assim, entre o remoto e o presencial, a resistência docente revela-se como prática contínua de afirmação de si, de reinvenção da pedagogia e de enfrentamento aos mecanismos de silenciamento que se ampliaram durante a pandemia. Mais do que gesto de oposição, ela é afirmação de existência: é a professora dizendo (por suas escolhas, métodos, gestos e palavras) que sua autonomia intelectual, sua criatividade pedagógica e sua identidade profissional não podem ser determinadas exclusivamente pela lógica do

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS **gesepe.ufma**

Realização



Apoio

**8 a 10 de abril de 2026****Evento híbrido**

controle, seja ele tecnológico, institucional ou patriarcal. Trata-se, portanto, de resistência que não apenas reage, mas produz mundos possíveis dentro da escola.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que a docência feminina, longe de constituir uma prática neutra ou meramente técnica, configura-se como campo histórico de disputas atravessado por gênero, sexualidades, poder e currículo. Ao situar o ensino remoto emergencial e o retorno presencial nesse horizonte analítico, foi possível compreender que as tecnologias digitais não inauguraram mecanismos de controle sobre o trabalho docente, mas reconfiguraram e intensificaram dispositivos já existentes de vigilância, visibilidade e normatização, incidindo de maneira particular sobre os corpos, os afetos e as práticas das professoras.

O ensino remoto tornou mais explícitas as tensões entre controle e autonomia que historicamente marcam a docência feminina. A ampliação da visibilidade, mediada por plataformas digitais, câmeras e métricas de desempenho, reforçou expectativas morais e profissionais associadas à feminização do magistério, como disponibilidade constante, autocontrole emocional e dedicação vocacional. Ao mesmo tempo, esse contexto abriu brechas para práticas pedagógicas inventivas, nas quais professoras mobilizaram tecnologias como ferramentas de criação, vínculo e resistência, afirmando sua autoridade intelectual e pedagógica em condições adversas.

No retorno ao ensino presencial, tais resistências não se dissiparam; elas se deslocaram e se reconfiguraram. As práticas desenvolvidas no período remoto, como a diversificação de linguagens, o uso crítico de recursos digitais e a valorização de vínculos afetivos, passaram a integrar o cotidiano escolar, frequentemente em tensionamento com modelos tradicionais de ensino. Contudo, as pressões por produtividade, controle e monitoramento, intensificadas no contexto pandêmico, permaneceram sob novas formas,

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



evidenciando que o retorno à presencialidade não significou ruptura com os regimes de vigilância instaurados, mas sua ressignificação em um cenário híbrido.

Nesse contexto, a resistência docente manifesta-se como prática feminista situada, que se expressa na afirmação de metodologias próprias, na preservação da autonomia pedagógica e na recusa em se submeter integralmente às expectativas normativas de uma profissão historicamente feminilizada e desvalorizada. Tais resistências, muitas vezes cotidianas e silenciosas, revelam que a docência é também espaço de produção política, no qual se disputam sentidos sobre ensinar, aprender e existir na escola.

Por fim, este estudo aponta para a necessidade de pensar a formação docente e o currículo a partir de uma perspectiva interseccional, que reconheça os atravessamentos de gênero, sexualidades, raça e classe nas práticas educativas, especialmente em contextos mediados por tecnologias. Ao evidenciar as experiências das professoras durante e após o ensino remoto, o artigo contribui para ampliar o debate sobre educação, poder e resistência, reafirmando a docência feminina como prática crítica, inventiva e politicamente comprometida com a construção de outros modos possíveis de ensinar e de viver a escola.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BECK, Dinah Quesada; GUIZZO, Bianca Salazar. **Estudos culturais e estudos de gênero: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais**. HOLOS, [S. l.], v. 4, p. 172–182, 2013. DOI: 10.15628/holos.2013.1597. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1597>. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PvzkKczMpzF9zJLGz8jQv3M/?lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2025.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



CARTAXO, Sandra Maria Carlos. **Gênero e ciência: um estudo sobre as mulheres na física**. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, 1996. Título original: The science question in feminism.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade / bell hooks**; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Gêneros, sexualidades e mídias contemporâneas: do pessoal ao político. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 263–268, jan./abr. 2017. DOI: 10.1590/1806-9584.2017v25n1p263.

NUNES, Iran de Maria Leitão; OLIVEIRA, Ronald Torres. Corpos e Sexualidade na Formação Docente e nas Prática Educativas. In: SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da; MACHADO, Raimunda Nonata da Silva, (Org.). **Generos, Diversidades e Inclusão Educacional**. Cidade: Curitiba. Editora CRV, 2022. p. 69–93.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres / Michelle Perrot**; [tradução Angela M. S. Córrea]. São Paulo: Contexto, 2007.

REZENDE, Camila Ribeiro de Almeida. Objetividade na escrita acadêmica – Reflexões interseccionais sobre corpos que escrevem. In: BERTOTTI, Bárbara Mendonça et al. (Orgs.) **Gênero e resistência**, vol. 1: memórias do II encontro de pesquisa por/de/sobre mulheres [recurso eletrônico], Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

SALES, Tatiane da Silva. **Mulheres e sexualidade na história e nas políticas públicas: do silêncio às múltiplas vozes**. In: MACHADO, Raimunda Nonata da Silva; SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da (Org.). **Vozes epistêmicas & saberes plurais: gênero, afrodescendência e sexualidade na educação**. São Luís: EDUFMA, 2019. p. 227–238.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-230, jan./abr. 2008.

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; MINELLA, Luzinete Simões (org.). **Gênero e ciências:** mulheres em novos campos. Salvador: EDUFBA; NEIM, 2016. (Coleção Bahianas, 18). ISBN 978-85-232-1487-6.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001. (Coleção Mulher). Título original: Has feminism changed science? ISBN 85-7460-063-6.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURK, Peter (Org). **A escrita da história.** São Paulo: Editora UNESP, 1992, p.63-95. ISBN: 85-7139-027-4

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3. ed.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria.** Temporalis, Brasília (DF), v. 11, n. 22, p. 271–292, jul./dez. 2011.